



MINISTÉRIO DA DEFESA

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Processo: 60090.000599/2019-60

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED

03/CENSIPAM/2019

Título: Termo de Execução Descentralizada, com vistas à prestação de serviço em regime continuado de transmissão bidirecional de dados em âmbito nacional, para instalação de conexão de Internet em banda larga, disponibilizada em pontos específicos que representam o apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais no âmbito do SIPAM.

DA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPES

UG DESCENTRALIZADORA

NOME DO ÓRGÃO: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM**ENDEREÇO:** Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, Brasília – DF - CEP: 70610-200**UG/Gestão:** 110511/0001**CNPJ/MF:** 07.129.796/0001-26

UG RECEBEDORA

NOME DO ÓRGÃO: Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – SETEL/MCTIC**ENDEREÇO:** Esplanada dos Ministérios, Bloco E - Sobreloja- CEP 70067-900**UG:** 240267**CNPJ/MF:** 01.263.896/0035-03

IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

PELA UG DESCENTRALIZADORA:

RESPONSÁVEL: JOSÉ HUGO VOLKMER**CARGO:** Diretor-Geral do Censipam**DESIGNAÇÃO:** Portaria nº 2003/Casa Civil, Publicada no DOU, Seção 2 de nº 132, de 11 de Julho de 2019.**IDENTIDADE** nº 298332 (COMAER)**CPF** nº 554.988.250-72**e-mail:** jose.volkmer@sipam.gov.br

Pela UG DESCENTRALIZADA

RESPONSÁVEL: VITOR ELÍSIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES**CARGO:** Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC**DESIGNAÇÃO:** Portaria nº 342 de 10 de janeiro de 2019, Publicada no DOU de Seção 2 - Edição Extra nº 7-A, de 10 de janeiro de 2019.**IDENTIDADE** nº 070074618-47 SSP/BA**CPF** nº 808.763. 905-72**e-mail:** vitor.menezes@mctic.gov.br

DA LEGISLAÇÃO BÁSICA

O presente Termo e as ações necessárias à sua execução sujeitam-se à legislação em vigor e, em especial, ao disposto:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, no que couber;
- Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993;
- Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013;
- Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº 8, de 7 de novembro de 2012

1 - OBJETO DA DESPESA

1.1. Serviço em regime continuado de transmissão bidirecional de dados em âmbito nacional para instalação de conexão de Internet em banda larga disponibilizada em pontos específicos que representam o apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais no âmbito do SIPAM.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. O CENSIPAM desde sua criação ficou responsável pela operação de um sistema de comunicação satelital e pela distribuição, ativação, manutenção e operação deste sistema em pontos da região Amazônica. Este fornecimento de conectividade à Internet é realizado em atendimento aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais no intuito de promover a inclusão digital e a facilidade de comunicação e acesso de políticas públicas na região Amazônica. O sistema de terminais VSAT (Very Small Aperture Terminal) opera através de equipamentos centralizadores mantidos em Brasília e Manaus (HUBs) e da contratação de cessão de um segmento de operação em banda C no satélite StarOne C1 de propriedade da empresa Embratel/Claro. O sistema atualmente carece de um investimento significativo para modernização e, durante análise de conjuntura e mapeamento das iniciativas governamentais em andamento, percebeu-se que a finalidade do sistema atualmente mantido pelo CENSIPAM está alinhada ao programa GESAC mantido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Este fator se torna mais evidente com o lançamento do satélite brasileiro de comunicações SGDC-1, sua exploração por parte da Telebras, e mais recentemente, seu alinhamento ao programa do MCTIC. Isto posto, chega-se a conclusão que o caminho adequado a ser percorrido do ponto de vista governamental é o fomento do programa de maior amplitude já em andamento (GESAC), trazendo reduções na necessidades de investimentos e somando esforços na plena utilização da infraestrutura disponível. Este TED trata justamente do repasse de recursos para viabilizar o atendimento dos pontos que representam a demanda do CENSIPAM, um máximo de 350 localidades, pelo programa GESAC.

2.2. A celebração do Termo de Execução Descentralizada entre CENSIPAM e MCTIC para esta finalidade representa a solução sugerida pelo grupo de trabalho técnico constituído para estudo de alternativas para manutenção ou substituição do sistema atual (RELATÓRIO Nº 10/ SETEL/CGTIC/DITEC/DIGER/CENSIPAM/SG DO GRUPO DE TRABALHO - ID 1780293) e promoverá uma redução significativa de custos uma vez que evitará:

- o investimento necessário para modernização do sistema atual, estimativa inicial de aproximadamente R\$ 15.000.000,00;
- a manutenção do contrato atual de cessão de segmento espacial do satélite StarOne C1 com a Claro S/A de aproximadamente R\$ 5.500.000,00 anuais;
- a manutenção do contrato de suporte para os equipamentos de gerenciamento da rede mantidos em Brasília e Manaus de aproximadamente R\$ 650.000,00 anuais;
- a aquisição de peças de reposição para as VSATs e equipamentos acessórios estimada ao redor de R\$ 300.000 anuais; e
- o custo com a missões para manutenção do parque que apresenta uma média anual aproximada de R\$ 128000,00.

Público-Alvo: órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais no âmbito do SIPAM

Motivação: apoio às políticas públicas, inclusão digital e promoção de conectividade em regiões isoladas.

Cronograma Físico: O cronograma abaixo prevê o número de terminais ativos ao longo dos meses de vigência do TED.

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	150	200
2020	250	300	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350
2021	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350
2022	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350
2023	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350

3 - OPERACIONALIZAÇÃO

3.1. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao custeio dos terminais serão repassados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O valor repassado para operacionalização de cada terminal será aquele definido no Termo de Contrato mantido o definido no acordo entre MCTIC e Telebras para o âmbito do programa GESAC. Atualmente este valor é de **R\$ 700,00 (setecentos reais)** mensais por terminal remoto de comunicação. Caso o valor ajustado entre MCTIC e Telebras seja reajustado, este instrumento deverá acompanhar a evolução do valor.

4 - RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

4.1. Para atingir o objeto pactuado, as partes comprometem-se a disponibilizar as informações necessárias para o bom andamento das atividades do projeto, bem como a cumprir as seguintes responsabilidades e compromissos:

A – Compete à Unidade Descentralizadora:

- a. Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários previstos para a execução deste Termo de Execução Descentralizada de Recursos, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho e no Cronograma de Desembolso;

- b. Efetuar o repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, condicionado à liquidação da despesa, pela unidade gestora executora;
- c. Estabelecer as prioridades técnicas e as diretrizes de execução dos recursos descentralizados juntamente com o parceiro;
- d. Analisar os relatórios de execução física enviados pelo parceiro e emitir parecer sob o aspecto técnico quanto à execução física e alcance dos objetivos do presente Termo;
- e. Acompanhar e avaliar a execução do objeto deste Termo, inclusive designando servidores especificamente para esse fim, informando ao parceiro quando forem detectadas ocorrências de eventuais desvios;
- f. Prorrogar "de ofício", mediante decisão do Diretor de Administração e Finanças devidamente fundamentada, a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g. valiar e aprovar os resultados obtidos, por meio de Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado;
- h. A faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Instrumento no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a *evitar a descontinuidade das ações pactuadas, situação em que providenciará a rescisão do TED e providências necessárias à interrupção dos repasses financeiros e apuração de eventuais ressarcimentos*;
- i. Publicar o extrato do Termo de Execução Descentralizada no sítio eletrônico do órgão; e
- j. Efetuar os registros que lhe couber no SIAFI, mantendo-o atualizado.

B - Compete à Unidade Descentralizada/Executora:

- a. Promover a execução do objeto deste Termo de Execução Descentralizada na forma e prazos estabelecidos;
- b. Receber, movimentar e aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo, respeitando a forma e prazos estabelecidos;
- c. Informar à unidade descentralizadora sobre a liquidação da despesa via comunica SIAFI;
- d. Manter a Unidade descentralizadora informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo;
- e. Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo;
- f. apresentar prestação de contas final à unidade descentralizadora, que deverá ser **encaminhada pela unidade interessada por intermédio da Diretoria de Administração e Finanças**, até sessenta dias após o término da vigência do TED contendo pelo menos:
 - f.1) Relatório do cumprimento do objeto;
 - f.2) Cópia do Plano de Trabalho aprovado; e
 - f.3) Cópia do documento da destinação de recursos;
- g. Efetuar o registro e controle patrimoniais dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED;
- h. Informar à unidade descentralizadora o valor total a ser inscrito em restos a pagar até o quinto dia que antecede o encerramento de cada exercício financeiro;
- i. Assegurar e destacar a participação da unidade descentralizadora em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada à execução do objeto desta TED;
- j. Devolver os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, ou ainda, o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED, preferencialmente, em até quinze dias antes da data limite para emissão de empenhos estabelecida anualmente pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do correspondente exercício financeiro;
- k. Aplicar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, para eventuais contratações e aquisições visando a execução do objeto do presente TED, submetendo-os, quando necessário, ao competente órgão de consultoria jurídica;
- l. Manter arquivado o plano de trabalho e o Relatório de Cumprimento do Objeto, pelo prazo de 10 anos, contados do parecer técnico emitido pela unidade descentralizadora; e
- m. Efetuar os registros que lhe couber no SIAFI, mantendo-o atualizado

C - Demais Condições:

- a) Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI;
- b) A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo;
 - b.1) Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o beneficiário devolver à unidade descentralizadora os créditos correspondentes e submeter novo TED com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas à aprovação da área técnica da unidade descentralizadora;
- c) Os vínculos jurídicos de qualquer natureza, assumidos isoladamente pelas partes são de exclusiva responsabilidade do ente que os tiver adotado, não se comunicando a qualquer título, sob qualquer pretexto ou fundamento; e
- d) Integra este termo, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho, cujos dados ali contidos acatam os partícipes e se comprometem em cumprir, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666 de 1993, no que couber, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, e na Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº 8, de 7 de novembro de 2012.

5- PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A prestação de contas anual aos órgãos de controle, por meio do Relatório de Gestão, deverá ser feita pela unidade gestora executora, no que se refere à execução dos recursos repassados, e pela unidade descentralizadora, no que se refere à consecução dos objetivos pretendidos com a descentralização, conforme a Diretriz nº 02, de 2 de outubro de 2014, da Comissão Gestora do SICONV.

6 – DENÚNCIA E RESCISÃO

6.1. Este Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de sessenta dias, bem como rescindido, independentemente de prévia notificação, quando um dos partícipes descumprir as responsabilidades e compromissos assumidos, ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ficando os envolvidos responsáveis pelas responsabilidades e compromissos e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitadas as responsabilidades e compromissos assumidos perante terceiros.

7 - VIGÊNCIA

7.1. Este TED terá início em **01/10/2019** e fim de vigência em **31/12/2023**, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da unidade descentralizada, devidamente fundamentada, no mínimo, trinta dias antes do seu término.

8 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A execução do objeto do presente Termo requererá o montante de recursos no total de **R\$ 11.970.000,00 (onze milhões, novecentos e setenta mil reais)** a cargo da unidade descentralizadora, conforme os dados indicados abaixo:

Programa de Trabalho: 2058 - Defesa Nacional

Ação: 20X4

PO: 0004

PTRES: 085650 – Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação e Sensores.

Fonte: 100

Unidade Descentralizadora: 110511

Unidade Recebedora: 240267

ÓRGÃO	ND	FONTE	VALORES EM REAIS POR EXERCÍCIO (EM R\$)					TOTAL (R\$)
			2019	2020	2021	2022	2023	
CENSIPAM	309039	100	315.000,00	2.835.000,00	2.940.000,00	2.940.000,00	2.940.000,00	11.970.000,00

9 - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Os extratos deste Termo, bem como o de seus eventuais Termos Aditivos, serão publicados no sítio eletrônico da unidade descentralizadora, nos termos da Mensagem nº 1881011/2012, de 5 de dezembro de 2012, emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade do SIAFI, devendo esta ocorrer no prazo de até vinte dias da sua assinatura, conforme o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993. esta ocorrer no prazo de até vinte dias da sua assinatura, conforme o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 – DO FORO

10.1. As controvérsias oriundas do presente Termo de Execução Descentralizada, que não forem resolvidas entre os partícipes, serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e da Portaria nº 1.281, de 27 de setembro de 2007.

ASSINATURAS:

Pelo Censipam:

Pela SETEL/MCTIC:

<i>assinado eletronicamente</i> JOSÉ HUGO VOLKMER Diretor-Geral	<i>assinado eletronicamente</i> VITOR ELÍSIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES Secretário de Telecomunicações
--	---

TESTEMUNHAS:
<i>assinado eletronicamente</i> GEÓRGIA Mª GUIMARÃES DE OLIVEIRA CPF: 373.387.571-00 <i>assinado eletronicamente</i> TÂNIA MARIA BRAGA DE SOUZA CPF: 504.450.141-72



Documento assinado eletronicamente por **José Hugo Volkmer, Diretor(a) Geral**, em 30/09/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Maria Guimarães de Oliveira, Assessor(a)**, em 30/09/2019, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES, Usuário Externo**, em 30/09/2019, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Maria Braga de Souza, Assessor(a) Técnico(a)**, em 01/10/2019, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1887297** e o código CRC **9A1FA91E**.